

Mateus Boldrine Abrita

Inflação

***abordagem histórica recente das
escolas de pensamento econômico***

1ª edição



Academia de Letras Jurídicas do Estado de Mato Grosso do Sul – ALJ-MS
2014

80 1 02



Editora
Academia de Letras Jurídicas do Estado de Mato Grosso do Sul

Ficha Catalográfica

ABRITA, Mateus Boldrine.
Inflação: abordagem histórica recente das escolas de pensamento econômico / Mateus Boldrine Abrita. Campo Grande-MS: ALJ-MS, 2014.

63 p.
Inclui referências
1. Economia 2. Brasil 3. História Econômica 4. Economistas 5. Pensamento.

CDD

Número de ISBN
978-85-63599-22-3

Endereço:
Rua Joaquim Murtinho, 93 – Centro. Campo Grande-MS.
79.002-100
f. + 55 67 8419 1515
e-mail: academiadeletrasjuridicas@bol.com.br

Mateus Boldrine Abrita

Professor de Economia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Pesquisador nas áreas de Macroeconomia, Economia Monetária, Agronegócios e Mercado de Capitais

Inflação

***abordagem histórica recente das
escolas de pensamento econômico***



Sumário

Apresentação	7
1 Escolas de Pensamento Econômico e Inflação: uma Introdução	9
2 Escola Clássica.....	11
3 Escola Neoclássica	15
4 Keynes.....	19
5 Escola Monetarista.....	25
6 Escola Novo-Clássica	29
7 Escola Novo-Keynesiana.....	33
8 Escola Pós-Keynesiana	37
9 Abordagem Estruturalista	43
10 Crítica de Rangel	47
11 Abordagem Inercialista	49
12 Conclusão.....	53
13 Quadro Geral	57
14 Referências.....	59



Dedicatória

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida.

A todos os pesquisadores e estudiosos que dedicaram suas vidas ao conhecimento.

A minha esposa Ana Paula, minha companheira de todos os momentos.

A meus pais Julio e Nailce, a quem honro pelo esforço e empenho para me formar homem e cidadão crítico.

Aos meus sogros Luiz e Miriam, pelo carinho que sempre tiveram.

E a todos os demais envolvidos direta ou indiretamente nesse processo tão árduo que é a construção do saber.



Apresentação

Uma obra ímpar a respeito da inflação em termos da abordagem de escolas econômicas. O fenômeno inflacionário é um dos mais importantes das ciências econômicas, impactando diretamente na vida dos agentes públicos, privados e na sociedade em geral.

Desse modo, a singularidade desta obra vem justamente por sua estruturação, abordando as causas, explicações e políticas de controle, nas mais importantes escolas de pensamento econômico, como os pensadores Clássicos, Neoclássicos, Keynesianos, Monetaristas, Novo-Clássicos, Novo-Keynesianos e Pós-Keynesianos, além das análises Estruturalista e Inercialista.

Portanto, o período estudado abrange os maiores avanços, em termos teóricos da evolução da explicação da inflação, iniciando no século XIX, passando pelo século XX e adentrando no século XXI. Sem dúvidas, é uma obra fundamental para estudantes de economia e áreas afins, pesquisadores e aficionados por economia que estejam interessados nas nuances monetárias e que busquem maior conhecimento sobre o tema.

O texto é estruturado de uma forma acadêmica, porém com muita fluidez e de modo bastante didático, proporcionando uma agradável leitura.

Mateus Boldrino Abrita

Professor de Economia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Pesquisador nas áreas de Macroeconomia, Economia Monetária, Agronegócios e Mercado de Capitais



1 Escolas de Pensamento Econômico e Inflação: uma introdução

De modo geral, a abordagem da inflação nas escolas de pensamento econômico possui duas grandes principais divisões, que seriam a corrente convencional e heterodoxa. A corrente convencional adota teorias que são derivadas, em grande medida, da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), assim as flutuações no nível de preços são oriundas de fenômenos monetários e apresentam uma lógica walrasiana de determinação de preços no mercado e otimização marshalliana no lado das firmas. Já a visão heterodoxa argumenta que a inflação tem um importante componente de causas não estritamente monetárias como mudança de expectativas, fenômeno da inércia e choque nos custos.

Essa análise alternativa da inflação não incorpora choques de demanda, unicamente, para explicar o aumento do nível dos preços, mas apresenta um olhar amplo, englobando o processo decisório dos líderes formuladores de preços, e considera a estrutura de mercado, certa rigidez de preços, juros, indexadores, câmbio, salários, tarifas e outros elementos.

A discussão a respeito da inflação foi sendo modificada ao longo do tempo e fruto de um intenso debate dos diferentes olhares em relação ao tema. Um interessante embate teórico ocorreu em meados do século XX, principalmente na segunda metade, entre monetaristas, novo-clássicos e novo-keynesianos. A visão Friedmaniana¹, de que apenas os agregados monetários deveriam ser observados pelos Bancos Centrais para que a inflação e a deflação fossem evitadas, teve seu esgotamento, quando na prática algumas autoridades não obtiveram sucesso. Mas, também, a crítica de Lucas contribuiu em grande parte com este esgotamento, pois este incorporou a questão das

¹Esta seção está fundamentada em Gontijo (2009), Bresser-Pereira (2010), Sicsú (2003), Bielschowsky (2000), Rego (1986) e Costa (1999).

oferta, de uma determinada economia, gera sua própria demanda, assim problemas de superprodução poderiam ocorrer, porém de maneira temporária². Finalmente a TQM, a qual é um importante pilar do modelo clássico, mostra a neutralidade da moeda, no longo prazo, para explicar flutuações no lado real da economia.

A partir da TQM a explicação para o fenômeno da inflação na escola clássica é apresentada. Recentemente, essa teoria foi relacionada com Milton Friedman e o monetarismo, porém muitos economistas importantes contribuíram no seu desenvolvimento como: Cantillon, Hume, Ricardo, Mill, Marshall, Fisher, Pigou e Hayek. Cabe salientar que duas visões importantes da TQM se destacam, a primeira de Cambridge, associada ao Marshall e Pigou e a segunda versão de Irving Fisher, porém essas ideias já estavam presentes em trabalhos de pensadores anteriores.

A TQM na escola clássica é, de acordo com Vianna (2003), baseada largamente na Lei de Say e foi formulada no período de 1750-1850 pelos economistas clássicos a partir da relação de trocas. Assim, o fenômeno do aumento do nível de preços é explicado por uma teoria de inflação de demanda.

Segundo Snowdon e Vane (2005), os postulados da escola clássica consideravam que a velocidade da moeda (V) era constante e o produto real (Y) apenas era afetado por elementos também reais, como tecnologia e fatores de produção. Logo, um aumento na quantidade de moeda (M), elevaria a demanda e, como consequência, a elevação do nível de preços (P), já que os fatores reais da economia se manteriam estáveis.

Sinteticamente:

$$MV = Py \quad (1)$$

Assim

$$\ln M + \ln V = \ln P + \ln y \quad (2)$$

Diferenciando

$$\frac{1}{M} dM + \frac{1}{V} dV = \frac{1}{P} dP + \frac{1}{y} dy \quad (3)$$

Considerando

$$V = \bar{V} + dV = 0 \quad (4)$$

Temos

$$\frac{1}{M} dM = \frac{1}{P} dP + \frac{1}{y} dy \quad (5)$$

Ou também

$$\frac{dP}{P} = \frac{dM}{M} - \frac{dy}{y} \quad (6)$$

Ou

$$\dot{P} = \dot{M} - \dot{y} \quad (7)$$

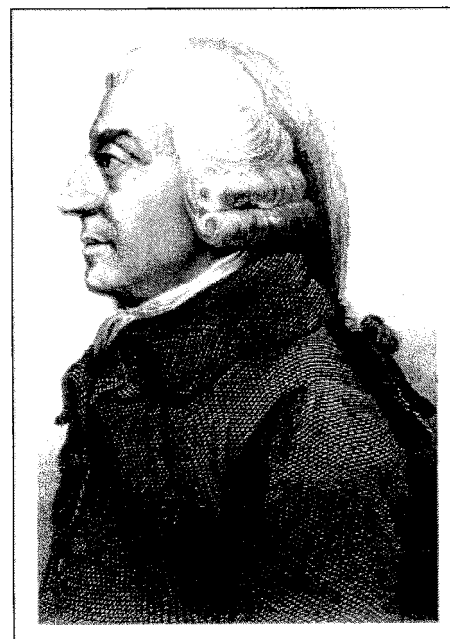
Desse modo, considerando-se todos os postulados e hipóteses do modelo, a taxa de variação dos preços é igual à taxa de variação da quantidade da moeda menos a variação do produto real. Logo, o aumento do nível de preços é estritamente monetário e explicado pela elevação na quantidade de moeda.

A elevação do nível de preços é também caracterizada como de demanda. Para compreender a inflação de demanda, é importante, segundo Mccallum (1989), observar os conceitos de equilíbrio de estado estável, assim os mais relevantes agregados macroeconômicos variam com o passar do tempo a uma taxa constante, logo, algumas variáveis devem ter crescimento, no estado estável, zero. Assim, se alguma variável tiver uma mudança relativa no tempo provocará desequilíbrios nas demais variáveis.

Logo, a inflação de demanda é resultante de uma situação de pleno emprego, na qual aumentos de consumo, investimento e gastos públicos resultam necessariamente em inflação. Portanto, como a demanda se eleva além da capacidade de oferta da economia, o equilíbrio se daria por um ajustamento no nível de preços, sendo que neste caso a política anti-inflacionária mais recomendada seria o arrefecimento da demanda agregada.

Sendo assim, para a escola clássica, o receituário de combate à inflação é orientado para o lado monetário da economia, ou seja, políticas monetárias e controle de oferta de moeda seriam suficientes para contornar o aumento no nível de preço já que o fenômeno é apenas de natureza monetária.

² Para aprofundar no tema da Lei de Say ver Baumal (1977; 1999) e Backhouse (2002).



Adam Smith



3 Escola Neoclássica

A escola neoclássica, também chamada de escola marginalista, surge no final do século XIX e início do século XX. Seus principais expoentes foram Alfred Marshall, Léon Walras, Carl Menger e Willian Stanley Jevons. Esta escola trouxe diversas contribuições para o pensamento econômico, utilizando-se principalmente de uma abordagem com instrumental matemático, fundamentação microeconômica e busca do equilíbrio entre as variáveis.

Simonsen (1983) aponta três pilares básicos que sustentam o pensamento neoclássico: (i) no ponto em que se igualam a oferta e demanda por mão de obra, as forças de mercado equilibram a economia quando no pleno emprego, (ii) as flutuações das variáveis reais da economia e os preços relativos são independentes da política monetária e (iii) a quantidade de moeda na economia influencia apenas o nível geral de preços, não tendo impacto nas variáveis reais.

A partir dos pilares da economia neoclássica, importantes conclusões de políticas podem ser extraídas. O *laissez-faire* era a melhor decisão a ser tomada para resolver os problemas do desemprego, a política monetária deveria ser orientada para manter a estabilidade dos preços unicamente e com isso a inflação era explicada pelo excesso de oferta de moeda sobre o produtor real e assim facilmente contornada por parte das autoridades monetárias.

Seguindo a mesma linha da escola clássica, a explicação para a causa da inflação está também intimamente relacionada com a TQM. Porém, agora ela está definida de modo mais claro em duas versões, a primeira de Cambridge, associada ao Marshall e Pigou e a segunda de Irving Fisher.

A versão de Cambridge, apontada por Snowdon e Vane (2005), faz uma distinção clara entre oferta de moeda (M) e demanda por moeda (Md). A demanda por moeda é determinada pela necessidade de realizar transações, que por sua vez, está positivamente relacionada com o valor da despesa

agregada. Assim, a oferta de moeda é igual a renda nacional e a função de demanda por moeda é representada pela seguinte equação:

$$Md = kPY \quad (8)$$

Temos que Md é a demanda por saldos monetários nominais e k é a fração da renda nacional anual (PY) que os agentes, tanto firmas quanto famílias, desejam manter. Considera-se na representação que k é constante. Para explicar o nível de preços é necessário introduzir a oferta de moeda no modelo. Assumindo-se que a oferta de moeda é oriunda das autoridades monetárias, ou seja, M é exógena, logo a condição de equilíbrio é dada:

$$M = Md \quad (9)$$

Substituindo (9) em (8) temos:

$$M = kPY \quad (10)$$

Para verificar que pela TQM mudanças na quantidade de moeda não afetam a economia real no longo prazo, mas sim, determina o nível de preços, é preciso observar que Y está predeterminado pela função de produção no mercado competitivo em pleno emprego. Como k e Y são constantes, M determina P . Assim se ocorrer uma expansão monetária e os agentes econômicos possuírem maiores quantidade de moeda, ocorrerá um desequilíbrio que resultara em maior demanda por bens e serviços, como o modelo considera pleno emprego, o ajuste ocorrerá pela elevação no nível de preços, ocorrendo assim inflação.

A segunda versão da Teoria Quantitativa da Moeda é apresentada pela equação de trocas de Fisher:

$$MV = PY \quad (11)$$

Sendo V a velocidade de circulação da moeda, que é definida pelo número de vezes, na média, de transações finais ocorridas, que constituem o Produto Interno Bruto nominal. Como os agentes mudam lentamente seus hábitos, V é constante. Para verificar que o nível de preços depende da oferta de moeda a equação (12) é apresentada rearranjando a (11):

$$P = \frac{MV}{Y} \quad (12)$$

Como V e Y são constantes é facilmente observado que P depende de M , e que a variação de M é igual à variação de P .

Outra importante teoria relacionada à inflação na escola neoclássica é atribuída ao economista Knut Wicksell (1965), esta teoria também está em linha com as demais, pois é uma explicação de inflação de demanda. Assim o modelo é o seguinte:

$$Y_t = C_t + I_t \quad (13)$$

$$Y_t = Y_0 \quad (14)$$

$$C_t = a + b \frac{Y_{t-1}}{P_t} \quad (15)$$

$$I_t = \frac{i_{t-1}}{P_t} \quad (16)$$

$$Y_t = y_0 P_t \quad (17)$$

$$I_t = I_0 \quad (18)$$

As variáveis são: y_t é o produto real da economia, C_t é o consumo real, I_t é o investimento real, Y_0 é o produto real de pleno emprego, Y_t é o produto nominal, P_t é o nível de preços, i_t é o investimento nominal, a é o consumo autônomo real e b é a propensão marginal a consumir. Considerando que a economia está no pleno emprego, ou seja, $Y_t = Y_0$, Tem-se:

$$Y_{t-1} = y_0 P_{t-1} \quad (19)$$

Logo

$$C_t = a + b \frac{Y_0 P_{t-1}}{P_t} \quad (20)$$

Também

$$C_t - a = b \frac{Y_0 P_{t-1}}{P_t} \rightarrow \frac{(C_t - a)}{\frac{Y_0 P_{t-1}}{P_t}} \quad (21)$$

Assim

$$\frac{C_t - a}{b} \frac{1}{Y_0} = \frac{P_{t-1}}{P_t} \quad (22)$$

Ou

$$\frac{P_{t-1}}{P_t} = \frac{b Y_0}{C_t - a} \quad (23)$$

Porém

$$C_t - a = Y_t - I_t - a \quad (24)$$

Logo

$$\frac{P_{t-1}}{P_t} = \frac{bY_0}{Y_t - (a + I_t)} \quad (25)$$

Rearranjando

$$\frac{P_{t-1}}{P_t} - 1 = \frac{bY_0}{Y_t - (a + I_t)} - 1 \quad (26)$$

Temos

$$\frac{P_t - P_{t-1}}{P_{t-1}} = \frac{bY_0 - Y_0 + (a + I_0)}{Y_0 - (a + I_0)} \quad (27)$$

Ou

$$\frac{P_t - P_{t-1}}{P_{t-1}} = \frac{Y_0(b-1) + (a + I_0)}{Y_0 - (a + I_0)} \quad (28)$$

Finalmente:

$$P_t = \frac{Y_0(b-1) + (a + I_0)}{Y_0 - (a + I_0)} \quad (29)$$

Assim de acordo com Vianna (2003), neste modelo de Wicksell a inflação apenas ocorre no estado de pleno emprego, sendo que quanto maior for a propensão marginal a consumir, maior será a inflação e o aumento do nível de preços ocorre por pressão de demanda, pois o sinal e a magnitude estão diretamente relacionados com o consumo e o investimento autônomos e à propensão marginal a consumir.

A teoria de inflação de Wicksell se assemelha, em parte, a apresentada por Keynes, porém é enquadrada na escola neoclássica, devido aos seus postulados iniciais. Assim, as escolas clássicas e neoclássicas se valem da dicotomia entre o lado real e monetário da economia, sendo o produto real influenciado apenas por fatores de produção e tecnológicos, e no longo prazo as mudanças na oferta de moeda apenas afetam o nível geral de preços e o controle da inflação, nos dois modelos é realizado pela restrição na oferta de moeda.

A próxima escola apresentada possui características revolucionárias, no sentido que, seu autor John Maynard Keynes, modificou de forma significativa o modo de entender a economia e suas relações.



4 Keynes

A contribuição de Keynes para as ciências econômicas, afirma Snowdon e Vane (2005), gerou um debate de no mínimo setenta anos desde a publicação do livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda em fevereiro de 1936. Alguns economistas defendem que a visão de Keynes foi o evento mais significativo do século XX para o estudo da economia, atribuindo-lhe a criação da macroeconomia. Embora muitos também aleguem que ele cometeu uma série de erros, sua contribuição para o debate econômico é inegável.

Keynes (1982) argumenta que o pensamento clássico e neoclássico, no qual o próprio autor se formou, possui em seus alicerces postulados equivocados, para o caso geral, e que seriam úteis para explicar apenas uma situação especial, não explicando a realidade econômica da sociedade em que vivemos. Portanto, os resultados e ensinamentos desta escola seriam ilusórios e desastrosos se aplicados ao cotidiano da realidade dos fatos.

É importante destacar que segundo Simonsen (1983), a macroeconomia neoclássica chegou a um impasse quando ocorreu à crise de 1930, período em que a economia dos Estados Unidos apresentou índices de desemprego da ordem de 25%, o *Laissez-Faire* se mostrou equivocado para assegurar o pleno emprego. Neste cenário, os pensamentos de Keynes ganharam destaque, pois apresentava explicações plausíveis para os acontecimentos da época.

Nos anos posteriores a publicação do livro Teoria Geral, e a subsequente morte de Keynes, muitas interpretações surgiram a respeito do pensamento keynesiano, sendo motivo de discussão entre diversas correntes teóricas atuais. Porém, cabe destacar algumas ideias fundamentais da corrente, apontada por Snowdon e Vane (2005) como escola keynesiana ortodoxa, isso para que posteriormente seja apresentada a teoria inflacionária atribuída ao pensamento keynesiano.

Nos primeiros anos do pós-guerra, os principais pensamentos atribuídos a visão mais ortodoxa de Keynes são: (i) a economia é inerentemente instável e sofre com choques adversos, oriundos de mudanças na eficiência marginal do investimento, na mudança de confiança dos empresários ou, o que Keynes chamou de espírito animal dos investidores; (ii) a economia não caminha rapidamente ao pleno emprego, se a economia ficar flutuando livremente o pleno emprego demorará um grande período de tempo para encontrar o equilíbrio; (iii) o nível agregado de produção e emprego é essencialmente determinado pela demanda agregada da economia e, intervenções no nível de demanda por parte das autoridades é interessante para se atingir o pleno emprego; (iv) uma conduta de estabilização por meio de política fiscal é desejável em detrimento a política monetária, pois esta levaria mais tempo para surtir efeito, enquanto aquela atuaria diretamente na demanda agregada de maneira mais rápida e previsível.

Apresentadas as ideias gerais, de modo bastante sintetizado, do pensamento de Keynes, a problemática da inflação pode ser abordada com maior destaque. Uma grande modificação que surgiu após a revolução keynesiana refere-se à equação de trocas da TQM, na qual Keynes (1982) introduziu novos entendimentos ao pensamento econômico em relação à demanda por moeda que seriam: transação, precaução e especulação, com isso os agentes tenderiam reter a moeda.

Assim a TQM e a Lei de Say não são utilizadas por Keynes, como explicação fundamental do aumento no nível de preços na economia, pois a produção era resultante da demanda e na equação monetária a demanda por moeda especulativa foi introduzida. O autor utiliza o entendimento da demanda efetiva e do hiato inflacionário para explicar o fenômeno. Arestis e Sawyer (2006) argumentam que a visão de Keynes a respeito da moeda é diferente de todo o pensamento consolidado na teoria econômica até então.

Alguns ensaios apontam as ideias gerais do seu pensamento a respeito da inflação, em Keynes (1963). O autor argumenta que a inflação era causada por excesso de demanda, resultante em alguns períodos pelo excessivo endividamento do setor público e privado, assim um maior endividamento expandiria a demanda agregada que, por sua vez, pressionaria o nível geral de preços.

A teoria Keynesiana, segundo Rego (1986), explica o aumento do nível de preços pela seguinte situação: o governo eleva suas despesas sem reduzir as despesas privadas, se a oferta estiver fixa no curto prazo, a inflação sobe.

Esta explicação é atribuída a Keynes, mas não é unanimidade entre os estudiosos de economia, o que acabou gerando outras vertentes a respeito do pensamento do autor.

Sistematicamente temos a demanda efetiva no pensamento de Keynes, o produto potencial e o produto efetivo, assim o "hiato inflacionário" pode ser encontrado. Em uma dada economia, podemos ter três possíveis situações, o produto efetivo maior, menor ou igual ao produto potencial. O produto efetivo somente é maior que o potencial no curtíssimo prazo e em situações especiais.

Portanto, se a economia se encontra no ponto em que o produto efetivo é menor que o potencial, ocorre uma situação de deflação. Nesse caso a economia pode estar em pleno emprego, mas com a demanda efetiva menor que a oferta agregada, assim ocorrerá formação de estoques e os preços tendem a cair. Outra situação pode ser a economia em equilíbrio, com a oferta igual à procura, porém num ponto inferior ao pleno emprego, assim a demanda pode aumentar sem gerar qualquer variação de preços, pois a oferta também terá espaço para atender a maior procura agregada.

Para o caso geral, no pensamento keynesiano, de acordo com Vianna (2003), a inflação ocorrerá quando houver hiato inflacionário, no modelo simplificado, considerando a demanda efetiva e o pleno emprego, a taxa de inflação é igual a taxa de variação do consumo, sendo esta uma típica inflação de demanda.

A política monetária no modelo de Keynes é um elemento ativo e um importante instrumento, no sentido de melhorar os níveis de emprego e produto. Embora diversos seguidores de Keynes não compartilhem desta visão, a diretriz geral de política monetária continua sendo ativa.

Keynes, então, defende que a moeda não é neutra e conseqüentemente a política monetária pode ser eficaz para influenciar as variáveis reais da economia. Logo, a política monetária atua via duas funções da moeda, uma como meio de troca e a outra como ativo financeiro. Portanto, a política monetária não atua diretamente no produto, mas aumentando o estoque monetário, a moeda ativo financeiro afeta a moeda meio de troca, atingindo no segundo momento as variáveis reais da economia.

Em linhas gerais, Snowdon e Vane (2005) elencam nove entendimentos a respeito da economia por parte da chamada escola keynesiana ortodoxa, que para muitos representa as ideias de Keynes. **Primeiro:** as economias modernas estão sujeitas a uma falha sistêmica que pode resultar em pequenas

ou graves recessões que é essencialmente causada por falta de demanda efetiva agregada. As recessões podem ser definidas como desvios do pleno emprego de equilíbrio oriundas de falta de procura ocasionadas por fatores reais ou monetários.

Segundo: acreditam que a economia pode se encontrar num ponto, tanto em um regime keynesiano, de demanda restrita, quanto num regime clássico, de oferta restrita, em determinado período de tempo, logo, quando a economia estiver no ponto de demanda restrita, emprego e produção respondem positivamente a incrementos de demanda oriundas de qualquer fonte.

Terceiro: o desemprego é do tipo involuntário na explicação de Keynes, ou seja, trabalhadores capazes e dispostos a trabalhar pelo nível de salários vigentes, não encontram postos de trabalho, contrastando com a visão de muitos pensadores clássicos, monetaristas, novo-clássicos e dos ciclos reais de negócios que acreditam que o desemprego é um fenômeno voluntário.

Quarto: a economia de mercado está sujeita a flutuações no desemprego, na produção agregada e no nível de preços, que podem e precisam ser corrigidas pelas autoridades, o uso de instrumentos discricionários e coordenados de política monetária e fiscal devem ser alçados para estabilização da economia, afetando variáveis como o produto real e o emprego.

Quinto: nas economias industriais modernas, preços e salários não são perfeitamente flexíveis, logo mudanças na demanda agregada, antecipadas ou não, possuem um maior impacto no produto real e desemprego, se comparados com variáveis nominais. No curto prazo, dada a rigidez nominal dos preços, a curva de oferta agregada tem inclinação positiva, ao menos até que a economia atinja a restrição de oferta dada pelo equilíbrio do pleno emprego.

Sexto: os ciclos de negócios não são flutuações simétricas ao redor de uma tendência e sim desvios indesejáveis do produto abaixo da tendência de equilíbrio de pleno emprego.

Sétimo: os tomadores de decisão de política monetária e fiscal possuem um *trade-off* de curto prazo entre desemprego e inflação.

Oitavo: embora haja controversa entre os próprios keynesianos, alguns defendem a ideia de políticas de rendas temporárias, como um instrumento

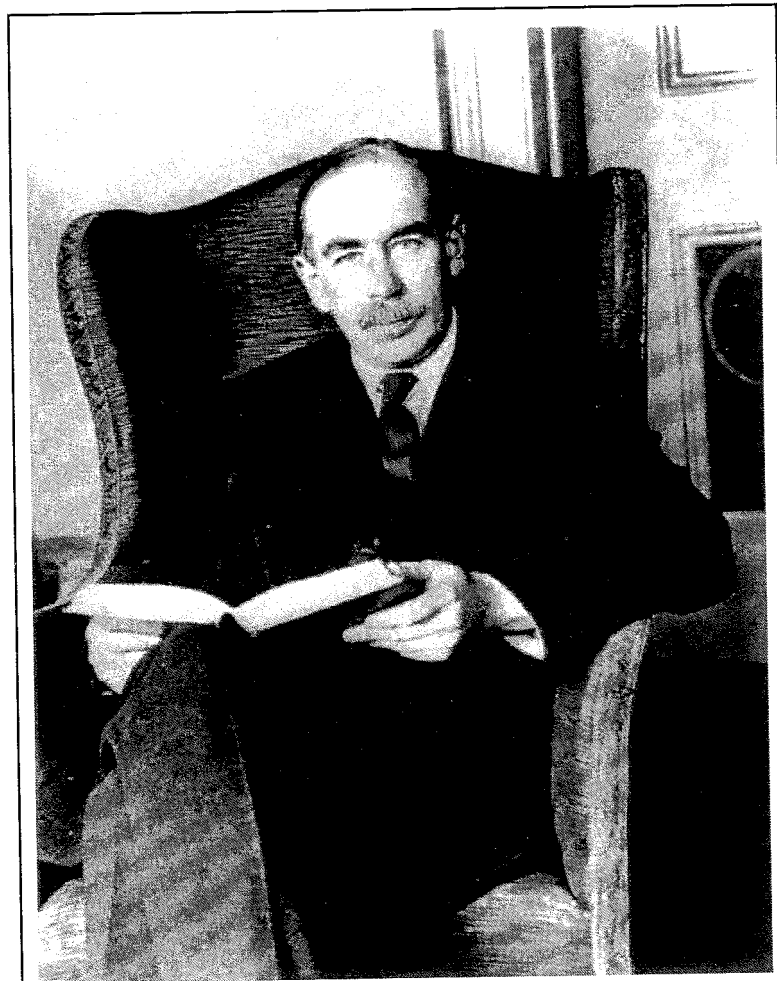
adicional para atingir o equilíbrio simultâneo entre pleno emprego e estabilidade de preços.

Por fim, o **nono** entendimento: a macroeconomia keynesiana possui o foco nas mudanças de curto prazo e não tem como objetivos finais os acontecimentos do longo prazo.

Desse modo, no pensamento de Keynes, a explicação do aumento no nível de preços, é resultante do excesso de demanda e, na equação monetária, a demanda por moeda especulativa foi introduzida. O autor utiliza o entendimento da demanda efetiva e do hiato inflacionário para explicar o fenômeno. Sistemáticamente, temos o produto potencial e o produto efetivo, assim o "*hiato inflacionário*" pode ser encontrado. Em uma dada economia podemos ter três possíveis situações, o produto efetivo maior, menor ou igual ao produto potencial. O produto efetivo somente é maior que o potencial no curtíssimo prazo e em situações especiais e assim a inflação aparece.

Quanto ao uso de políticas ativas, Keynes argumenta que a economia de mercado está sujeita a flutuações no desemprego, na produção agregada e no nível de preços, que devem ser corrigidos pelas autoridades, o uso de instrumentos discricionários e coordenados de política monetária e fiscal devem ser utilizados para estabilização da economia e atingir variáveis como o nível de atividade econômica e desemprego.

Os entendimentos propostos por Keynes modificaram a estrutura de pensamento econômico estabelecida até então, porém, após muitas discussões e debates teóricos a respeito do que realmente Keynes queria dizer a respeito de determinadas questões, resultou em várias divisões dos economistas que buscaram interpretar Keynes. Mas a próxima escola de pensamento econômico retoma algumas das principais ideias de pensamentos das escolas clássicas e neoclássicas, numa reação as ideias Keynesianas, sendo nomeada por alguns de contrarrevolução monetarista e teve como um de seus principais expoentes o economista Milton Friedman.



John Maynard Keynes



5 Escola Monetarista

Em oposição ao pensamento keynesiano, surge o chamado monetarismo, essa corrente de pensamento econômico, é bastante relacionada à escola de Chicago, em grande parte devido a Milton Friedman. O monetarismo faz um resgate das ideias neoclássicas, defendendo a TQM, *Laissez-Faire*, liberalismo absoluto e não intervenção ativa das autoridades de políticas econômicas na economia.

Quanto à inflação, Friedman (1994) argumenta que é um fenômeno de impressora, ou seja, não está relacionada à dinâmica do sistema capitalista. De modo geral, o autor argumenta que os governos realizam um excesso de emissão monetária, que alimenta constantemente o nível de preços, isso porque os governos têm a tendência de elevarem suas despesas rapidamente e para financiá-las buscam, na expansão da moeda, uma saída mais atraente. Outro ponto importante para explicar esse mecanismo é a tentativa indevida de atingir metas de pleno emprego, os governos tentam elevar os gastos, sem contrapartida de impostos ou endividamento, e aumentam a quantidade de moeda para se financiar gerando inflação e ainda acabam não atingindo pleno emprego no longo prazo.

Finalmente, outro erro da autoridade monetária ocorre quando se dedica ao controle da taxa de juros ao invés da quantidade de moeda, assim a moeda assume característica endógena. Ljungqvist e Sargent (2000) mostram que déficits governamentais sustentados ao longo do tempo causam inflação.

Logo, a inflação para Friedman é um fenômeno estritamente monetário, ligado a expansão da oferta de moeda em determinada economia, portanto, o aumento do nível geral de preços é contornado somente quando a autoridade monetária adota um controle da expansão de moeda. Porém, isso não atinge a inflação sem prejuízos em termos de outros agregados macroeconômicos.

Friedman faz um resgate da TQM e formula uma análise para a demanda por moeda. De acordo com Snowdon e Vane (2005), ele postulou que a demanda por moeda segue o raciocínio da demanda por qualquer outro ativo e é norteadada por três principais elementos: (i) uma restrição de riqueza que determina a capacidade máxima de moeda que pode ser utilizada (ii) o retorno da moeda em relação a outros ativos financeiros reais, que podem ser aplicados (iii) os gostos e preferências do aplicador ou investidor. Assim, a maneira como a riqueza é alocada depende das taxas relativas de retorno entre vários ativos na economia, e, no equilíbrio, a alocação ocorre de forma a igualar as taxas marginais de retorno.

Portanto, a demanda por moeda de Friedman (1959) segue a seguinte função:

$$\frac{M}{NP_p} = p \frac{(Y_p)^\delta}{NP_p} \quad (30)$$

Em que M é o estoque nominal de moeda, N é a população, Y_p é a renda agregada nominal permanente, P_p é o nível de preços permanente, p é um parâmetro. Aplicando logaritmo na função, chega-se à teoria de inflação proposta pelo autor.

$$\ln M - \ln(NP_p) = \ln p + \delta \ln \left[\frac{(Y_p)^\delta}{NP_p} \right] \quad (31)$$

Assim

$$\ln M - \ln N - \ln P_p = \ln p + \delta \ln Y_p - \ln N - \delta \ln P_p \quad (32)$$

Rearranjando

$$\ln M - \ln P_p + \delta \ln Y_p = \ln p + \ln N - \delta \ln N - \delta \ln Y_p \quad (33)$$

Pelo diferencial temos:

$$\frac{dM}{M} - \frac{dP_p}{P_p} + \delta \frac{dY_p}{Y_p} = \delta \frac{dY_p}{Y_p} \quad (34)$$

Considerando dN=0 e dp=0

$$\dot{M} + (\delta - 1)\dot{P}_p = \delta\dot{Y}_p \quad (35)$$

Também

$$(\delta - 1)\dot{P}_p = \delta\dot{Y}_p - \dot{M} \quad (36)$$

Ou

$$\dot{P}_p = \frac{1}{\delta - 1} [\delta\dot{Y}_p - \dot{M}] \quad (37)$$

Assim

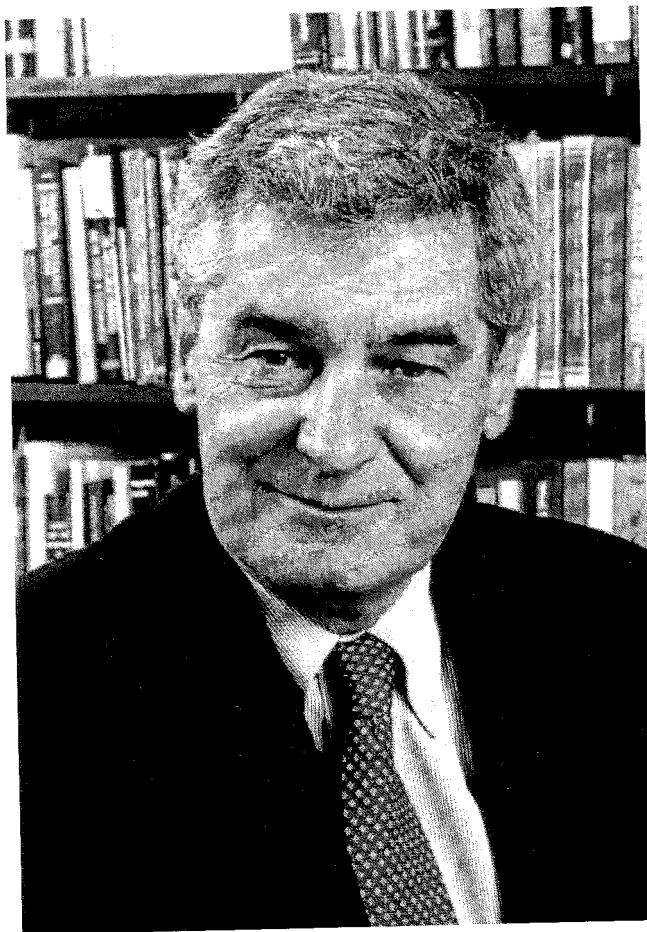
$$\dot{P}_p = \frac{1}{\delta - 1} [\dot{M} - \delta\dot{Y}_p] \quad (38)$$

Desse modo, segundo Vianna (2003), a conclusão do modelo de Friedman é essencialmente igual aos clássicos e neoclássicos, com a modificação da inclusão de um parâmetro d e uma variável para representar a população (N). Assim, as políticas fiscais e monetárias não têm efeito significativo sobre o nível de preços reais e produto.

Em linhas gerais, os principais pontos³ que a escola monetarista defende são: **Primeiro:** a inflação e o balanço de pagamentos são fenômenos essencialmente de natureza monetária. **Segundo:** a economia pode ser caracterizada como predominantemente estável, se não for afetada por distúrbios equivocados de crescimento de moeda ou submetida a outra perturbação, porém ela caminha rapidamente para o equilíbrio de longo prazo com a taxa de desemprego natural.

Terceiro: não existe *trade-off* entre inflação e desemprego no longo prazo, a curva de Phillips é vertical na taxa de desemprego natural. **Quarto:** na condução da política monetária, as autoridades devem seguir uma regra de controle dos agregados monetários para manter a estabilidade de preços no longo prazo. **Quinto:** mudanças no estoque de moeda são os fatores predominantes que explicam mudanças na renda monetária. Após a escola monetarista, surge uma corrente de pensamento econômico mais radical no sentido de criticar as ideias de Keynes, intitulada escola novo-clássica.

³ Largamente baseado nos trabalhos de Brunner (1970), Friedman (1970), Mayer (1978), Vane e Thompson (1979), Purvis (1980), Laidler (1981) e (1982) e Chrystal (1990).



Robert Emerson Lucas, Jr



6 Escola Novo-Clássica

A escola monetarista criticou vários elementos do pensamento keynesiano, mas no final da década de 1970, liderada pelos economistas Robert Lucas e Thomas Sargent, foi fundada a escola novo-clássica. Essa corrente se apresentou radicalmente contra as ideias de Keynes. Além de discordarem, em algum modo, também do monetarismo.

A teoria monetarista, tanto a escola monetarista, conhecida como monetarismo do tipo 1, como a escola novo-clássica conhecida como monetarismo do tipo 2, estão baseadas no fato dos agentes econômicos estarem centrados em expectativas, que podem ser do tipo adaptativas ou racionais. No modelo que considera as expectativas adaptativas, os agentes econômicos são do tipo *backwardlooking* e fazem suas previsões observando o passado com o acréscimo de um erro. Logo, numa hiperinflação os agentes “contaminariam” o futuro com os valores da inflação passada, assim a inflação se manteria no tempo.

Já o modelo de expectativas racionais surge, segundo Gontijo (2009), da crítica de Lucas e origina a linha de pensamento novo-clássica. Esta corrente considera que os agentes possuem a capacidade de tomar decisões otimizadoras e não cometem erros sistemáticos. Desse modo, a elevação do nível de preços é explicada pela taxa de inflação racionalmente prevista e pela taxa esperada da expansão de moeda.

A crítica ao pensamento keynesiano vai mais longe, essa corrente critica todo o entendimento do ativismo de políticas econômicas, e são radicalmente contra qualquer intervenção macroeconômica, defendem que essas intervenções causam distúrbios e são ineficientes. Lucas e Sargent (1978) argumentaram que os modelos macroeconômicos keynesianos são incapazes de fornecer boas indicações para a formulação de políticas monetárias, fiscais ou quaisquer outras. Essa conclusão é baseada na falha

inerente a esses modelos e também em parte a falta de bases teóricas e econométricas. Os autores argumentam que não há nenhuma esperança que modificações nestes modelos venham a trazer resultados de melhora significativa na sua confiabilidade.

De modo geral, as principais diretrizes do pensamento novo-clássico são de acordo com Snowdon e Vane (2005): (i) utiliza largamente o microfundamento walrasiano de equilíbrio, apresentando uma forte ênfase na teoria neoclássica; (ii) adotam como peça fundamental o pensamento neoclássico de que os agentes são racionais, considerando que as firmas maximizam seus lucros e o trabalho, e as famílias maximizam suas utilidades; (iii) os agentes não sofrem com ilusão monetária e somente os preços relativos influenciam suas decisões e (iv) existe uma completa e contínua flexibilidade de preços e salários no sistema econômico.

Portanto, o entendimento da escola novo-clássica quanto à inflação, baseada em expectativas racionais, tem uma característica central de equilíbrio, assim as flutuações das variáveis reais da economia são explicadas pelos efeitos dinâmicos dos distúrbios monetários. Essa estrutura de equilíbrio com preços flexíveis resulta no entendimento da neutralidade da moeda, assim, para justificarem a não neutralidade da moeda no curto prazo, defendiam que isso era consequência de informação imperfeita sobre a moeda e o nível geral de preços.

De acordo com Romer (1996), a ideia central do modelo de Lucas é de que os agentes produtores observam os preços de seus produtos, assim o produtor não sabe ao certo se ocorreu uma mudança de preço relativa de seu produto ou um aumento geral no nível de preços, porém essa situação seria temporária. Logo, uma de suas principais conclusões diz respeito à ineficácia de políticas monetárias antecipadas, pois estas não geravam problemas de informações incompletas.

Sargent e Wallace (1975 e 1976) mostram a ineficiência das políticas, argumentam que apenas as políticas que são não antecipadas surtem efeito, porém ao afirmar que os agentes possuem expectativa racional, uma elevação de oferta monetária apenas mostra para os agentes que os preços irão se elevar, logo os agentes antecipam esse movimento e nenhuma variável real da economia é afetada relativamente. Assim, política monetária é ineficaz para afetar variáveis reais como produto e emprego. Segundo Modenesi (2005), a combinação das hipóteses da escola novo-clássica leva a dois resultados no modelo:

1) A proposição de ineficácia da política monetária; e

2) A inconsistência temporal da política monetária e o viés inflacionário

Como os agentes são racionais e suas decisões dependem dos preços relativos, estes são incapazes de distinguir variações no nível geral de preços de variações nos preços relativos. Essa incapacidade faz com que o elemento surpresa da política monetária tenha efeitos sobre a economia. No entanto, a racionalidade dos agentes econômicos (aliada a outras hipóteses da escola novo-clássica) implica a incapacidade de políticas econômicas sistemáticas afetarem variáveis reais, mesmo no curto prazo. A política monetária é totalmente inócua e não pode ser usada discricionariamente com objetivos anticíclicos. Inexiste o *trade-off* de curto prazo entre inflação e desemprego.

A inconsistência temporal da política monetária é explicada pelo fato de que a mesma demora algum tempo para surtir efeitos, e por isso, um regime discricionário pode não fazer efeito no momento desejado ou, pior, fazer o efeito desejado em um momento indesejado, podendo até piorar a situação vigente. Depois disso, o argumento das regras passou a ser dominante no debate. A inconsistência dinâmica está associada à questão da reputação dos bancos centrais. Estas passaram a ser as principais justificativas para a adoção de regras ao invés do comportamento discricionário.

A questão da reputação foi exposta em Barro e Gordan (1983) juntamente com o problema do viés inflacionário. Os autores argumentaram que, quando o Banco Central consegue surpreender os agentes privados gerando uma inflação inesperada, a política monetária pode surtir efeitos reais positivos em relação ao produto. Como a atuação discricionária visa implementar a melhor política a cada período, esta está sempre sujeita a gerar choques inflacionários.

A explicação para tal fato é que, sob um regime de discricionário, o Banco Central pode emitir mais moeda e criar mais inflação do que os agentes privados estavam prevendo. Com isso, este pode obter todos os ganhos que o surpreendente choque inflacionário proporciona, sendo o principal o aumento da atividade econômica.

Tal tentativa de obter benefícios através de uma política monetária inflacionária ficou conhecida na literatura como viés inflacionário dos regimes discricionários. O problema deste tipo de atuação é que no período seguinte os agentes ajustariam suas expectativas e não seriam surpreendidos novamente. Em consequência, muitos economistas ligados a corrente Novo-Clássica defendem a teoria de independência do Banco Central, pois consideram que políticas surpresas, embora tenham algum efeito, geram instabilidade ao sistema econômico e não devem ser utilizados. Logo, com a autoridade monetária independente e com a adoção de metas de inflação, os resultados para a estabilidade de preços e controle de inflação alcançam melhores resultados.

Finalmente, Snowdon e Vane (2005) fazem uma tentativa de levantar os três pensamentos centrais e avanços trazidos pela escola novo-clássica, para as ciências econômicas, principalmente a respeito da conduta de políticas de estabilização macroeconômica. Primeiramente, é bastante amplo o entendimento de que as políticas de estabilização são impotentes para afetar variáveis reais da economia como emprego e produto. Isso porque a possibilidade dos agentes anteciparem as medidas e assim, essas variáveis serem influenciadas, não implica que a efetividade dessas medidas seja alta.

Em segundo lugar, a macroeconomia novo-clássica orientou as soluções para o produto e emprego, no sentido de adotar políticas do lado de oferta, que estimulem essas variáveis. Como consequência das ideias novo-clássicas, surge a corrente de pensamento econômica novo-keynesiana, abordada a seguir, colocando o foco da discussão na livre flexibilidade de preços e salários. Este pensamento procurara justificar que os preços e salários se ajustam gradualmente e retomam o entendimento que políticas intervencionistas influenciam sim variáveis reais e podem ser utilizados para estabilizar a economia.



7 Escola Novo-Keynesiana

No sentido de reagir aos pensamentos da escola novo-clássica têm origem a corrente Novo-Keynesiana. De acordo com Ferrari-Filho (1996), esta linha de pensamento é desenvolvida a partir da década de 1980 e possui como elemento central a rigidez de preços e salários. Greenwald e Stiglitz (1993) observaram nos modelos conhecidos como salário-eficiência, *insider-outsider* e contrato implícito que alguns desses desequilíbrios no mercado de trabalho eram resultantes da inflexibilidade do salário nominal, e que a rigidez de preço era consequência de estruturas de mercado não competitivas somadas a custos de ajustamento.

Também Mankiw (1985) mostra que existem custos relacionados à remarcação de preços por parte das firmas, e ainda outros elementos que geram uma rigidez nos preços, esse custo é chamado de *menu cost*. Nesse sentido, variações de demanda não impactam, necessariamente, o nível de preços imediatamente. O custo de etiquetagem ou de cardápio também vai ao sentido de microfundações com rigidezes nominais, pois existindo custo de alteração de preços, esse movimento não ocorre de modo completo e sincronizado pelo mercado, logo é associado à concorrência oligopolista. No mercado de concorrência oligopolista, as empresas observam os preços das demais concorrentes, existindo uma interdependência nas tomadas de decisões, também relacionado às incertezas quanto ao futuro, acarretando em falhas de coordenação.

Essa corrente de pensamento incorpora as expectativas racionais, também agrega as ideias de microfundações de rigidez nominal, tanto de preços quanto de salários. Através dos entendimentos de contratos de longo prazo implícitos ou explícitos, e *salários de eficiência*, que são aqueles salários reais em patamares acima dos de mercado, para evitar custos de demissão e de contratação. E evitar queda de produtividade, na prática resultam em preços e salários com alguma ou total rigidez. Romer (1996) mostra diversas rigidezes

que estão presentes no mercado, e interferem de maneira significativa na maximização dos lucros por parte dos agentes econômicos. Portanto, o ajustamento a distúrbios monetários não é perfeito, apresentando uma falha de coordenação pelo mercado.

Quanto às principais diferenças entre novos-keynesianos e novos-clássicos, Costa (1999) argumenta que estes defendem que quando a oferta de moeda é esperada, a moeda é neutra inclusive no curto prazo, e aqueles que a moeda é neutra apenas no longo prazo e não no curto prazo. Existe também diferença de entendimento entre novo-keynesianos e os keynesianos antigos. Os novos incorporam a ideia de rigidezes lenta no ajustamento e os antigos utilizam a teoria chamada de adesivo. Os keynesianos antigos analisam em Keynes uma teoria de salário nominal adesivo, já os novo-keynesianos enfatizam que os preços e salários são rígidos.

Uma definição interessante da escola novo-keynesiana é realizada por Mankiw e Romer (1991), eles utilizam duas questões para nortear quem segue esta escola. Primeira, a teoria utilizada viola a dicotomia clássica? Ou seja, a moeda é não neutra? E segunda questão, a teoria assume que as imperfeições de mercado da economia real são cruciais para explicar as flutuações econômicas? Para os autores só a escola novo-keynesiana considera estas duas questões afirmativas.

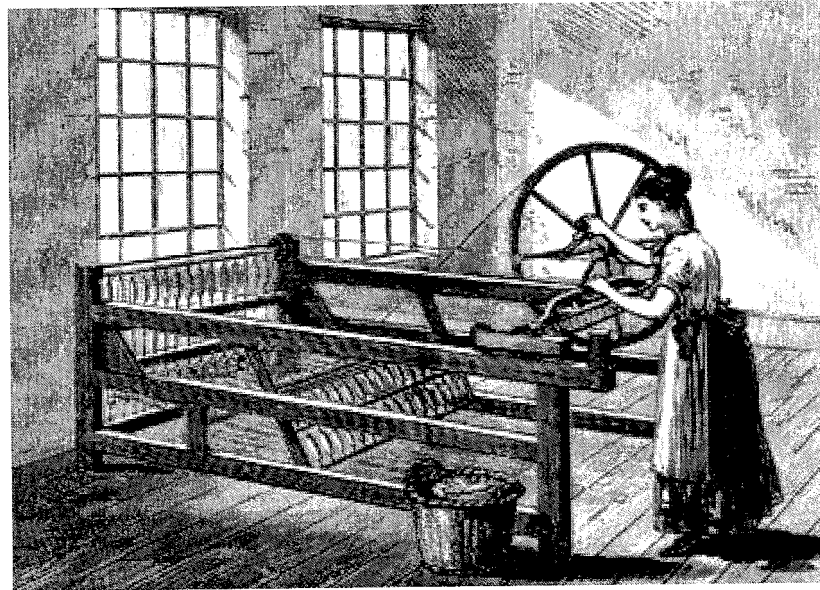
A não neutralidade surge da rigidez dos preços, e as imperfeições de mercado explicam esse comportamento. Assim, de acordo com autor supracitado, esta interação entre imperfeições reais e nominais distinguem os trabalhos dessa escola das demais, considerando que outras linhas de pensamento responderiam de forma negativa às duas questões. Segundo Sicsú (1999), os pensadores intitulados novo-keynesianos defendem a utilização de política monetária ativa para contornar imperfeições de mercado. Porém, autores como Mankiw argumentam que seria interessante a utilização de regras de *feedback*, que incorporassem alguma meta de produto nominal ou salário nominal.

Trabalhos de Kydland e Prescott (1977) revelam que uma política monetária estritamente discricionária de forma plena possui eficácia reduzida em termos de controle do nível de preços e também é ineficiente para reduzir o desemprego, pois essa variável manteve seu nível de equilíbrio natural. Através desse raciocínio, uma expansão monetária resultaria em inflação, assim a política monetária sendo totalmente discricionária não implicaria impacto de curto prazo no produto.

Porém, com políticas monetárias não totalmente discricionárias e sendo do tipo com *feedback*, o viés inflacionário seria retirado e, no curto prazo, o produto seria afetado. Entretanto, é importante salientar que o foco do novo-keynesianismo não é contornar estes distúrbios de curto prazo, mas resolver as distorções dos fundamentos do problema, assim intervenções consecutivas e duradouras não são recomendadas pela maioria de seus integrantes. Em relação ao nível de preços, aceitam que a inflação pode ser resultante de instabilidade do setor privado ou restrições no processo de ajustamento para situação de equilíbrio, neutralidade da moeda no longo prazo, *trade-off* entre inflação e desemprego e preferência por políticas anticíclicas como medidas paliativas.

Portanto, em linhas gerais, o pensamento novo-keynesiano, adiciona os elementos de microfundamento de rigidezes reais ao entendimento macroeconômico, talvez sendo esta uma de suas maiores contribuições, e possui uma relação confusa quanto ao ativismo de políticas monetárias, justificando que embora influencie as variáveis reais a expansão monetária não gerida por regras de *feedback* resulta em consequências não eficientes no sentido de controle inflacionário e desemprego.

Finalmente, para Sicsú (1999), a economia dos novo-keynesianos está mais próxima aos antagonistas de pensamento de Keynes, os clássicos, do que do próprio autor, assim a relação existente entre Keynes e a corrente de pensamento novo-keynesiana não apresenta qualquer convergência, mas sim elementos conflitantes. Desse modo, o autor supracitado observa que a nomeação da escola liderada por Romer e Mankiw é no mínimo inútil. Por conseguinte, um novo rótulo que expresse melhor os princípios dessa escola deve ser formulado.



8 Escola Pós-Keynesiana

A escola pós-keynesiana surge da insatisfação e de uma visão crítica do pensamento econômico dominante da chamada síntese neoclássica. Holt (1997) argumenta que os economistas que se intitulavam pós-keynesianos são divididos em dois grupos, os americanos e europeus. Os europeus, também chamados de grupo de Cambridge, possuem como maiores expoentes, GeoffHarcourt, Richard Kahn, Nicholas Kaldor, MichalKalecki, Joan Robinson e Piero Sraffa. Muitos deles nomearam a interpretação realizada pelo *mainstream* das ideias de Keynes, principalmente Robinson (1972), como bastardos dada a tamanha distorção das ideias originais de Keynes para os modelos empregados por essas escolas. Já o grupo americano, o autor destaca importantes nomes como Victoria Chick, Alfred Eichner, Jan Kregel, HymanMinsky, Basil Moore, George Shackle, Sidney Weintraub e Paul Davidson, embora intitulado como americano, isso pouco está relacionado com a nacionalidade, mas sim com o método de trabalho e análise.

Os pós-keynesianos baseiam seus entendimentos no próprio Keynes (1982) defendendo que as decisões humanas influenciam decisivamente o futuro, sendo que as decisões pessoais, políticas e econômicas não podem ser estritamente determinadas por expectativa matemática, pois a base para tal cálculo, simplesmente não existe. É o próprio desejo inato que move a economia, nossos egos racionais escolhem as melhores alternativas que são capazes, fazendo cálculos quando é possível, mas muitas vezes recuando para nossa simples motivação, capricho, sentimentos ou acaso.

A análise revolucionária de Keynes, na qual a moeda não é neutra, tanto no curto prazo quanto no longo prazo, e a liquidez relevante, é uma teoria geral que a imprevisibilidade em relação ao futuro resulta em importantes consequências econômicas. Em contraste com a otimização neoclássica, que requer postulados a respeito das incertezas e expectativas quanto ao futuro.

Assim, a política monetária na escola pós-keynesiana é capaz de atingir variáveis reais como produto e emprego, pois considera, assim como Keynes, a não neutralidade da moeda no curto e longo prazo. Holt (1997) argumenta que o simples *Laissez-Faire* não promove o ótimo das variáveis de emprego e produção. Portanto, o ativismo de política econômica é extremamente importante na busca de soluções para os desafios que a economia impõe. O autor cita alguns desafios como melhorar a produtividade, a seguridade, o contorno de crises, questões de saúde e problemas ambientais.

Quanto à abordagem de política monetária, o autor supracitado destaca as contribuições da escola de pensamento em relação à moeda e inflação. Seus trabalhos deram destaque para a incerteza em relação à acumulação de moeda, o renascimento da teoria monetária da produção, uma análise do circuito monetário, investigação detalhada das operações do banco central e mudança de enfoque em relação à inflação, saindo da abordagem exclusivamente monetária.

A incerteza é tratada principalmente por Davidson (1978), afirmando que muitos resultados não podem ser diferenciados ou otimizados como a economia neoclássica argumenta, sendo assim, não é possível calcular inúmeros eventos alternativos, também existe uma necessidade de demanda por moeda por sua liquidez e por não haver substitutos próximos para ela, logo a moeda é não neutra. A teoria monetária da produção coloca a moeda como explicação para o ciclo de negócios, enquanto a ortodoxia elimina-a completamente ou a incorpora apenas quando esta é surpresa.

Enquanto a escola americana pós-keynesiana tem como tema central a moeda, a escola do circuito adota uma visão endógena da moeda, os bancos criam financiamento necessário para a produção, e este é fundamental para originar a produção. Assim eles reconhecem agora a importância da moeda como estoque de segurança e também como fluxo financeiro para compreender o funcionamento da economia.

Em contraste com a visão ortodoxa de que os bancos estão restringidos por suas reservas, na visão pós-keynesiana os bancos podem ampliar a oferta de moeda para atender a demanda. São capazes de fazer isso, pois são como outras firmas e buscam lucro. A diferença entre os bancos e as firmas comuns envolve a natureza dos passivos bancários, pois quando um banco realiza um empréstimo comprando notas promissórias de devedores isso resulta em passivo bancário, mas representa um ativo, ou moeda, para o mutuário.

Quanto à problemática da inflação, medidas monetárias isoladas, em muitos casos, podem ser ineficientes para controlar a elevação do nível geral de preços. Logo, surgiram alternativas de políticas econômicas com o foco nas causas inflacionárias e não meros paliativos nas consequências do fenômeno. Com propósito de manter a estabilidade de preços e considerando que na visão da teoria keynesiana e pós-keynesiana o instrumental da taxa de juros não é eficiente, várias medidas são formuladas no sentido de atuar no problema mais para o lado da oferta do que da demanda.

Assim, o pensamento pós-keynesiano caminha na direção de identificar qual a verdadeira causa da inflação e atuar com medidas anti-inflacionárias em cada uma dessas diferentes causas. Neste âmbito das políticas pós-keynesianas destacam-se diversos trabalhos como Arestis e Sawyer (2006), Davidson (1978 e 1994), Lavoie (1992) e Sicsú (2003). Logo, como o objetivo é atacar as causas da inflação, diversas medidas de política econômica podem ser adotadas, dependendo da situação encontrada.

Apesar de existirem diversas possibilidades, cabe destacar algumas importantes políticas anti-inflacionárias como: política industrial, política cambial, política monetária direcionada, políticas de desenvolvimento tecnológico e qualificação do capital humano, política tributária, estoques de proteção e a chamada *tax-based on incomes policy*. A seguir, é observado qual instrumental mais indicado para cada causa inflacionária.

Quando uma economia sofre com determinada inflação importada, argumenta Sicsú (2003), várias políticas podem ser adotadas para contornar o problema. A política industrial de incentivo ao investimento, direcionado ao setor de exportações, se torna interessante, pois substituindo importações o efeito desta inflação é mitigado. Outra importante medida é a política cambial que contorne o efeito inflacionário da taxa de câmbio, como venda de reservas internacionais e títulos públicos dolarizados.

Políticas tributárias que incentivem a exportação para conter a depreciação cambial também são importantes, bem como redução de alíquotas dos setores onde essa inflação importada se apresentou de maneira mais aguda. Outra medida eficaz seria no âmbito da política monetária direcionada, na qual a autoridade monetária poderia aumentar o recolhimento compulsório sobre os depósitos bancários para conter pressões no mercado de câmbio.

Outro problema grave que resulta em inflação são aumentos não esperados e consideráveis de preços de *commodities*, também chamada de

inflação *spot*. Neste sentido, Davidson (1994) destaca a importância da criação de mecanismos de estoques de proteção ou segurança, que não siga a lógica do livre mercado. Como esses produtos são base para vários outros e possuem um efeito extremamente nocivo para a sociedade, caso subam repentinamente, uma instituição deve controlá-los a fim de mitigar essas variações, dando assim, mais segurança para os produtores em caso de quedas nos preços, impedindo que uma futura escassez do produto ocorra. Logo os produtores estarão mais assegurados e, portanto, investirão mais, aumentando produtividade e a produção, facilitando o desenvolvimento econômico.

Um elemento muito expressivo no aumento dos preços em vários países são os chamados preços administrados, eles são reajustados por contratos ou orientados pelo governo. Os preços administrados são produtos e serviços extremamente importantes para a economia e seu possível aumento reflete, via indexação ou inflação de custos, em quase toda a inflação geral.

Outro entrave nessa questão está relacionado com esses contratos de reajustes de preços, pois na maioria das situações, segundo Sicsú (2003), eles seguem uma lógica de manter a receita em dólar das empresas que pouco se relaciona aos custos de operação. Logo, o receituário ortodoxo de utilização de juros para combate inflacionário pode ser ineficaz, sendo necessário eliminar esses tipos de contratos de administração de preços, assim, esses instrumentos devem ser proibidos ou não incentivados.

No caso da inflação de demanda, segundo o autor supracitado, a política monetária restritiva, ou seja, elevação de juros pode sim contornar este problema, porém com um custo de sacrifício de emprego e produção. Assim, é mais interessante que o governo relaxe medidas de expansão econômica antes da economia chegar na situação de pleno emprego, essas medidas contracionistas devem ser principalmente fiscais, ou seja, o governo reduz seus gastos e assim a pressão inflacionária é revertida.

Na chamada *tax-based on incomes policy*, Weintraub e Wallich (1978) mostram uma situação perversa que sempre resulta em aumento de preços, incorporando a inflação de salários e de lucros. Neste caso, as firmas aumentam os salários ou elevam suas margens de lucro acima do patamar estabelecido pela produtividade, gerando uma externalidade negativa para toda a sociedade.

Logo, para contornar a inflação resultante desta conjuntura, seria desejável uma política tributária inteligente, elevando impostos para empresas

que realizassem aumentos de preços como contrapartida a aumentos ou manutenção de margens e aumentos salariais acima da produtividade, além de lucros.

Já no caso de inflação de rendimentos decrescentes, uma das políticas mais interessantes são aumentos nos investimentos em desenvolvimento tecnológico, bem como na educação, treinamento dos trabalhadores, para assim reverter este tipo inflacionário relevante ao qual uma política monetária restritiva exerce pouca ou nenhuma influência direta.

Finalmente, a inflação de impostos pode ser contornada por uma política tributária consciente e comprometida com a estabilidade de preços, assim as companhias que fossem acometidas com aumentos de custos inevitáveis e que certamente iriam repassar para o preço de seus produtos finais, podem ter compensações fiscais que neutralizassem este fenômeno inicial.

Desse modo, a escola de pensamento pós-keynesiana sugere alternativas de políticas econômicas com o foco nas causas inflacionárias, considerando que na visão da teoria keynesiana e pós-keynesiana o instrumental da taxa de juros não é eficiente, várias medidas são formuladas no sentido de atuar no problema mais para o lado da oferta do que da demanda. Assim, a visão pós-keynesiano caminha na direção de identificar qual a verdadeira causa da inflação e atuar com medidas anti-inflacionárias em cada uma dessas diferentes causas.



9 Abordagem Estruturalista

A visão estruturalista foi originalmente elaborada no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL, sendo que os importantes trabalhos desta corrente de pensamento são de Sunkel (1958) e Prebisch (1961, 1963), que argumentam que a inflação é oriunda do próprio sistema econômico e não somente relacionado com a moeda. Um olhar especial aos países subdesenvolvidos é dado por essa teoria, justificando que nesses países existem imperfeições nos mercados que ocasionam estrangulamentos de oferta.

A este respeito, Vianna (2003) elenca alguns pontos de convergência da escola estruturalista: (i) o sistema econômico apresenta dois grandes setores, o setor dinâmico, ou exposto, e setor tradicional ou protegido, (ii) geralmente os países analisados são pequenos e, logo, são tomadores de preços nos mercados internacionais, (iii) os países isoladamente possui curvas de oferta e demanda com elasticidade-preço infinitas no mercado internacional, (iv) os preços no setor dito tradicional seguem uma regra do *markup*, tendo os salários como base referencial, já no setor dinâmico, os preços internacionais são referência para a precificação, (v) a produtividade do trabalho é mais elevada no setor dinâmico em relação ao tradicional, bem como a absorção do progresso tecnológico, (vi) o salário possui variação de mesma taxa nos dois grandes setores e (vii) existe uma rigidez para baixo nos preços e salários.

A explicação considerada estruturalista, segundo Simonsen (1985), argumenta que choques de oferta inflacionários seriam responsáveis pelo aumento do nível de preços. Portanto, essa corrente relaciona o estágio de desenvolvimento dos países, com o nível de inflação, pois países caracterizados pelo subdesenvolvimento teriam custos desfavoráveis e gargalos estruturais, principalmente em setores como agrícola, comércio internacional e relações com a economia mundial, que pressionariam constantemente o nível de preços acarretando sério problema de inflação.

De acordo com Sunkel (1967), o processo inflacionário na América Latina resulta da herança da colonização portuguesa e espanhola, dado o modo como ocorreu à inserção das economias no cenário mundial, pois nesse processo a industrialização e a diversificação dessas economias apresentaram gargalos estruturais agudos que resultavam em *trade-off* entre crescimento e estabilidade de preços. Entre os gargalos podemos destacar a concentração de terras, recursos minerais e desigualdade.

Como a estrutura produtiva, normalmente oligopolista, apresenta um setor chamado dinâmico, relacionado com o mercado internacional, com foco na produção de bens primários, e dado uma relação de troca perversa, existia assim, uma incapacidade de atender pressões de demanda doméstica, levando a uma desestruturação do sistema produtivo. Na explicação estruturalista, existem três pressões inflacionárias significativas, as circunstanciais, cumulativas e estruturais.

Segundo Costa (1999), as questões circunstanciais são exógenas ao sistema, como uma elevação de preços internacionais, e cabe a política econômica apenas minimizar seus efeitos e propagações. As pressões cumulativas derivam do conflito distributivo entre preços e salários no setor dinâmico da economia e são inerentes ao processo produtivo, induzidos pela própria inflação. Por fim, as questões estruturais são resultantes da própria composição que a economia periférica foi inserida no mercado internacional, seriam uma causa primária de inflação como: limitações, rigidezes e inflexibilidades estruturais do sistema produtivo.

Exemplificando, Furtado (1982)⁴ mostra as más formações que ocorreram no processo de industrialização brasileira, desde suas raízes, comprometendo a melhor eficiência produtiva, gerando distorções para o sistema econômico. Assim, o nível de preços aumenta devido às falhas de mercado, como por exemplo, oferta inelástica do setor agrícola, dificuldades de importação e restrições de balanço de pagamentos.

Furtado (1989) afirma que a estrutura a qual o Brasil da década de 1980 estava inserido já era desvantajosa e que o receituário de ajustamento forte proposto pelo Fundo Monetário Internacional para contornar a situação era equivocado, no sentido que gerava recessão e desemprego numa economia já desgastada. Logo, podemos caracterizar a inflação de custos como a situação em que a demanda se mantém estável e devido a pressões do lado da oferta

⁴ Ver também Furtado (1978).

de bens e serviços, os preços de fatores se elevam, aumentando assim o nível de preços.

Portanto, fundamentalmente a visão estruturalista explica o processo inflacionário como resultante de alguns setores, os quais em períodos de expansão econômica alcançam seu potencial antes dos demais. Como a capacidade produtiva atinge seu máximo, os preços sobem, e alastram para os demais setores por reajustes, pois todos querem ao menos manter suas participações relativas na renda.

Assim, a solução para a inflação no pensamento estruturalista, consiste em reverter a médio e longo prazo os gargalos impostos via reformas estruturais. Como, por exemplo, reforma agrária, reorganização do setor organizacional e melhor distribuição da produção e renda. Entretanto, a curto prazo, as pressões inflacionárias advindas dos mecanismos de propagação e cumulativas devem receber o foco, no primeiro momento, do combate anti-inflacionário.



10 Crítica de Rangel

Rangel (1981) faz uma análise da inflação brasileira, que resulta numa crítica ao pensamento inflacionário da escola monetarista e estruturalista. O autor levanta o questionamento que as duas escolas mostram na sua essência a explicação da inflação numa insuficiência ou inelasticidade da oferta, sendo considerado na escola monetarista o aspecto agregado e na escola estruturalista o aspecto setorial.

Já para Rangel, o problema central da inflação está numa crônica insuficiência de demanda e contrariando o pensamento estruturalista e monetarista que viam o seu excesso como explicação do fenômeno inflacionário. De acordo com Costa (1999), como a capacidade produtiva havia se expandido muito nos anos cinquenta na América Latina, o nível de demanda era insuficiente para garantir a utilização da capacidade existente e isso era resultante das condições econômicas vigentes, a inflação, concentração de renda e propriedade fundiárias.

Estava presente na economia uma inelasticidade de demanda por gêneros alimentícios, essa rigidez de demanda dada uma grande elasticidade da oferta resultava em anomalias na formação dos preços. O ponto principal de divergência está justamente na visão de que para Rangel havia uma elasticidade de oferta e para a CEPAL havia uma inelasticidade de oferta, pois os estudos cepalinos foram baseados na experiência chilena. Portanto, a elevação dos preços agrícolas acarretava queda dos salários reais, e assim, criava uma restrição de demanda para bens e serviços dos demais setores, que por sua vez na visão do autor já possuíam uma insuficiência de demanda.

Logo, ocorria formação de estoques nos demais setores, principalmente nos que possuíam elasticidade-renda da demanda elevada. Com a formação de estoques e, conseqüentemente, queda da capacidade ociosa, há um

bloqueio de novos investimentos e resultando em inflação. Assim, o nível geral de preços era inversamente relacionado à produção.

Bresser-Pereira (1986b) destaca que o trabalho de Rangel fez parte de uma segunda onda paradigmática da teoria mais ampla da abordagem estrutural. O autor destaca que o caráter endógeno da oferta de moeda, a inflação como mecanismo de defesa frente à crônica insuficiência de demanda e a análise de inflação administrada ou oligopolista são as principais ideias do autor a respeito da inflação.

A teoria administrativa justifica que a inflação é resultante de choques de oferta decorrentes de estruturas monopolistas, essa situação decorre do fato das empresas e do Estado possuírem o poder de elevação de preços já que estão numa situação confortável de monopólio. Bresser-Pereira (1986a) mostra que as margens de lucro das empresas oligopolistas também são perversas para a inflação, e que se as margens se mantêm elevadas mesmo em situações recessivas, essa inflação administrada se torna a principal fonte de inércia deixando de ser um fator de elevação.

Quanto à política monetária e o papel do governo no processo inflacionário, Rangel, segundo Vianna (2003), considera que em última instância a ação institucional do governo que determina o andamento do processo inflacionário. Logo, o governo sofria pressão por parte de setores produtivos, lembrando que a economia era oligopolista, para emitir moeda ou fornecer crédito para que a economia não entrasse em recessão ou estagnação.

Assim, a política monetária tinha um papel passivo e apenas corroborava com a inflação. Existia, logicamente, ganhos com relação ao processo, no sentido de benefícios a alguns setores e ao governo, como por exemplo, imposto inflacionário, elevação de receitas tributárias e também evitando custos de possíveis socorros ao sistema econômico.



11 Abordagem Inercialista

Um terceiro momento paradigmático da visão ampla da abordagem estruturalista ocorre no início dos anos oitenta no Brasil, surgindo diversos trabalhos que abordam a questão da indexação de salários e que aos poucos chegam à questão da inércia inflacionária. A teoria da inflação autônoma, também chamada de inercial, é relativamente nova, sua formulação deriva de tentativas ortodoxas fracassadas no combate a inflação, e da inquietude por parte de alguns pensadores com as abordagens existentes até então.

A teoria também explica a inflação presente baseada na passada, porém ela é contrária à ideia monetária-aceleracionista, pois independe de expectativas por parte dos agentes. Bresser-Pereira e Nakano (1986) explicam que a inflação inercial é a tendência dos preços subirem hoje, porque subiram ontem e formam uma situação na qual todos correm para ficar no mesmo lugar.

Bresser-Pereira (2010) mostra como a economia pode ser indexada e assim a inflação inercial aparece. Nesse caso, o nível de preços sobe sem a necessidade de novas causas, apenas pelos mecanismos de indexação que acionam um círculo vicioso de alta. Essa teoria da inflação autônoma ou inercial é uma explicação nova e ajudou a entender o processo inflacionário brasileiro.

Nessa situação, medidas monetárias de controle inflacionário, ou ortodoxas, não trazem bons resultados e ainda geram um custo demasiadamente elevado para a sociedade. Bresser-Pereira e Nakano (1986) destacam os fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação.

Os fatores aceleradores seriam aqueles relacionados com a elevação de salários, além do aumento da produtividade, elevações de margem de lucros, depreciação cambial, alta de bens importados e aumentos generalizados de tributos. Os fatores mantenedores da inflação apontados são o conflito distributivo e a indexação. Já os elementos sancionadores, quando a economia

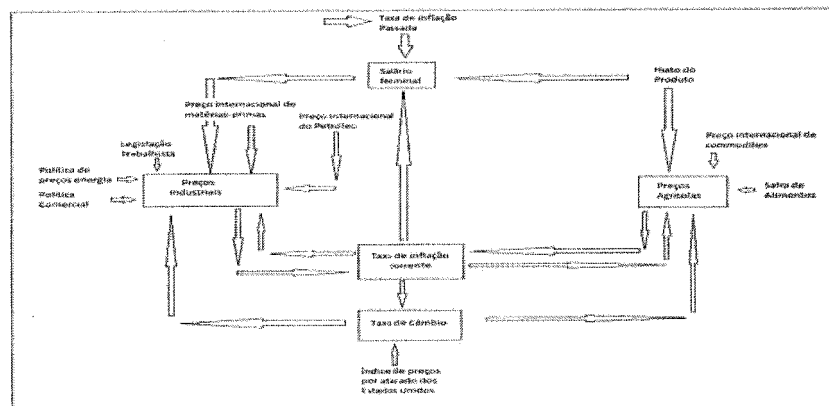
se encontra com desemprego elevado, são principalmente o aumento da quantidade de moeda e o *déficit* público.

A teoria da inflação inercial está centrada nos fatores mantenedores e daí surge seu diferencial em relação às demais teorias, o conflito distributivo e a indexação formal e informal vêm como novidade na análise da inflação. Assim, o conflito distributivo é fruto da disputa entre sindicatos, empresas e organizações para manter suas participações relativas na renda. Os mecanismos de indexação corrigem automaticamente os preços e salários formando uma espiral perversa de elevações constantes no nível de preços.

De acordo com Modiano (1986), os choques na economia apenas mudariam de patamar o nível dos preços, porém na sua ausência a inflação passada se perpetuaria no tempo, pois os mecanismos de indexação seriam responsáveis por dar continuidade ao processo inflacionário. Lopes (1985) tem uma visão precisa a respeito da inflação inercial quando argumenta que este tipo de inflação é resultante da necessidade de compatibilizar as remunerações reais desejadas, *ex-ante* por parte dos agentes econômicos por meio de mecanismos de indexação.

Modiano (1985) demonstra como ocorre a determinação simultânea de preços e salários numa economia indexada. O autor considera os preços internacionais hiato do produto, o desvio de oferta de alimentos, os fatores de impostos e subsídios, e o choque cambial como variáveis exógenas. Sendo que a taxa de inflação passada é a única variável defasada endógena do fluxograma apresentado a seguir:

Figura 1: Diagrama de determinação de preços e salários numa economia indexada



Fonte: Modiano (1985).

De acordo com o fluxograma acima, é observado que a taxa de inflação corrente é igual à taxa de inflação passada, caso não ocorra nenhum choque contemporâneo de oferta ou demanda e a variação da taxa de inflação. Quando ocorre determinado choque, é tão maior quanto o tamanho do grau de indexação da economia e a taxa de inflação que persiste ao longo do tempo sem determinado choque é a nomeada inflação inercial.

Simonsen (1983) aponta que a ideia de indexação é bastante antiga, ou seja, reajustar contratos na proporção de algum índice de preços não é novidade. Ela já havia sido concebida em 1807, por um escritor de assuntos monetários, John Wheatley. Outros nomes importantes já abordaram essa questão em seus trabalhos como Alfred Marshall e Irving Fisher. Entretanto, mesmo sem o ineditismo da análise, os trabalhos da abordagem inercialista a fizeram de modo mais completo e profundo, embasada nas realidades econômicas dos países, principalmente, latino-americanos.

Concluindo, a teoria da inflação inercial afirma que dado um ambiente crônico de inflação, os reajustes ocorrem pelo pico do período anterior, assim sendo o aumento do nível de preços se perpetua no tempo, e a inflação passada é transferida para o futuro. O conflito distributivo tem papel importante nessas relações, através do lado institucional, pois buscam a recomposição salarial, e os empresários, do mesmo modo, reajustam seus preços para aumentarem ou manterem suas fatias na renda da economia. Logo, esse conflito resulta em inércia inflacionária. Assim, a proposta de combate a inflação é dita heterodoxa, pois incorporam elementos específicos para contornar essas distorções diagnosticadas.

O elemento central das políticas heterodoxas de combate a inflação está fundamentado no elemento de quebra das expectativas dos agentes econômicos. Portanto, a abordagem inercialista defende uma quebra com os mecanismos de coordenação dada pela taxa de inflação passada, que geralmente acarreta em desarranjos dos preços relativos e nominais.

Medidas defendidas pela abordagem estruturalista inercial, para reverter a situação inflacionária, são entre outras: a extinção total ou parcial da indexação, congelamentos de preços públicos e ou privados, congelamento geral de salários, fixação da taxa de câmbio e criação de nova unidade monetária, para que se perca a "memória inflacionária".



12 Conclusão

Apresentadas as importantes correntes de pensamento econômico, postulados fundamentais e seus entendimentos a cerca das causas e soluções para a questão da inflação, será apresentada no Quadro 1 uma síntese das principais conclusões, pensadores, hipóteses básicas, bem como medidas de políticas defendidas por cada uma. Dada à complexidade do tema, é impossível realizar uma sinopse de pensamentos tão elaborados, sem o prejuízo, em algum grau, de suas especificidades, porém o ganho didático justifica tal esforço.

Assim, resumidamente, a escola de pensamento econômico clássica é resultante de uma síntese de obras. A partir da TQM a explicação para o fenômeno da inflação é apresentada. A TQM é baseada na Lei de Say e foi sendo formulada no período de 1750-1850 pelos economistas clássicos a partir da relação de trocas $MV = Py$. O fenômeno do aumento do nível de preços é explicado por uma teoria de inflação de demanda. Logo, o aumento do nível de preços é estritamente monetário e explicado pela elevação na quantidade de moeda. Portanto, para a escola clássica, o receituário de combate à inflação é orientado para o lado monetário da economia, ou seja, políticas monetárias e controle de oferta de moeda seriam suficientes para contornar o aumento nos níveis de preços.

A escola neoclássica surge no final do século XIX e início do século XX e possui três pilares básicos: (i) no ponto em que se igualam a oferta e demanda por mão de obra, as forças de mercado equilibram a economia quando no pleno emprego, (ii) as flutuações nas variáveis reais da economia e os preços relativos são independentes da política monetária e (iii) a quantidade de moeda na economia influencia apenas o nível geral de preços, não tendo impacto nas variáveis reais. Seguindo a mesma linha da escola clássica, a explicação para a causa da inflação está também intimamente relacionada com a Teoria Quantitativa da Moeda. Porém, agora ela está definida de modo mais



Na Nota de Cz\$ 1.000 (mil cruzados) com o retrato do escritor Machado de Assis (1839-1908), que depois virou NCz\$ 1 (um cruzado novo), com carimbo.



claro em duas versões, a primeira de Cambridge, associada ao Marshall e Pigou e a segunda de Irving Fisher. Como a inflação é um fenômeno monetário, o simples controle da oferta de moeda, resolveria o problema.

Já no pensamento de Keynes, a TQM e a Lei de Say não são utilizadas, como explicação do aumento no nível de preços, pois a produção era resultante da demanda e na equação monetária a demanda por moeda especulativa foi introduzida. O autor utiliza o entendimento da demanda efetiva e do hiato inflacionário para explicar o fenômeno. Sistemáticamente tem-se a demanda efetiva no pensamento de Keynes, o produto potencial e o produto efetivo, assim o hiato inflacionário pode ser encontrado. Em uma dada economia, pode-se ter três possíveis situações, o produto efetivo maior, menor ou igual ao produto potencial. O produto efetivo somente é maior que o potencial no curtíssimo prazo e em situações especiais e, assim, a inflação aparece.

Quando ao uso de políticas ativas, Keynes argumenta que a economia de mercado está sujeita a flutuações no desemprego, na produção agregada e no nível de preços, que podem ser corrigidos e precisam ser corrigidos pelas autoridades. O uso de instrumentos discricionários e coordenados de política monetária e fiscal deve ser alçado para estabilização da economia e atingir variáveis como o produto real e o emprego.

Em oposição ao pensamento keynesiano, surge o chamado monetarismo, relacionado à escola de Chicago, em grande parte devido a Milton Friedman. O monetarismo faz um resgate das ideias neoclássicas, defendendo a TQM, Laissez-Faire, liberalismo absoluto e não intervenção ativa das autoridades de políticas econômicas na economia. Logo, a inflação para Friedman é um fenômeno de "impressora", ligado à expansão da oferta de moeda em determinada economia, portanto o aumento do nível geral de preços é contornado quando a autoridade monetária adota um controle da expansão de moeda.

Já o modelo de expectativas racionais surge da crítica de Lucas e origina a linha de pensamento novo-clássica. Esta corrente considera que os agentes possuem a capacidade de tomar decisões otimizadoras e não cometem erros sistemáticos. Desse modo, a elevação do nível de preços é explicada pela taxa de inflação racionalmente prevista e pela taxa esperada da expansão de moeda. Portanto, muitos economistas ligados a corrente Novo-Clássica, defendem a teoria de independência do Banco Central, pois consideram que políticas surpresas, embora tenham algum efeito, geram

instabilidade ao sistema econômico e não devem ser utilizadas, assim, com a autoridade monetária independente e com metas de inflação, melhores resultados para a estabilidade de preços e controle de inflação são encontrados.

O pensamento novo-keynesiano, adiciona os elementos de microfundamento de rigidezes reais ao entendimento macroeconômico, talvez sendo este uma de suas maiores contribuições, possui uma relação confusa quanto ao ativismo de políticas monetárias, justificando que embora influencie as variáveis reais a expansão monetária não gerida por regras de *feedback* resulta em consequências não eficientes no sentido de controle inflacionário e desemprego. A inflação é resultante da instabilidade do setor privado ou restrições no processo de ajustamento para o equilíbrio, o controle de preços deve ser realizado por uma adoção, por parte da autoridade monetária, de políticas de regra de *feedback*.

Já o pensamento pós-keynesiano, defende fundamentalmente: (i) a não neutralidade da moeda, (ii) a existência de um processo não ergódico, incerto em importantes tomadas de decisões da vida econômica e (iii) a negação do axioma da substituição bruta e onipresente proposta pela economia neoclássica. Por exemplo, a abolição da escravatura tornou a contratação desta mão de obra ilegal, assim, a sociedade civil decidiu não permitir a contratação real desse trabalho, não importando o quão eficiente ela possa ser.

Quando à problemática da inflação, medidas monetárias isoladas, em muitos casos, podem ser ineficientes para controlar a elevação do nível geral de preços. Logo, surgiram alternativas de políticas econômicas com o foco nas causas inflacionárias e não meros paliativos nas consequências do fenômeno. Com propósito de manter a estabilidade de preços e considerando que na visão da teoria keynesiana e pós-keynesiana o instrumental da taxa de juros não é eficiente, várias medidas são formuladas no sentido de atuar no problema mais para o lado da oferta do que da demanda. Assim, o pensamento pós-Keynesiano caminha na direção de identificar qual a verdadeira causa da inflação e atuar com medidas anti-inflacionárias em cada uma dessas diferentes causas.

A visão estruturalista foi originalmente elaborada no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL, defende que choques de oferta inflacionários seriam responsáveis pelo aumento do nível de preços. Portanto, essa corrente relaciona o estágio de desenvolvimento dos países, com o nível de inflação, pois países caracterizados pelo subdesenvolvimento

teriam custos desfavoráveis e gargalos estruturais, principalmente em setores como agrícola, comércio internacional e relações com a economia mundial, que pressionariam constantemente o nível de preços acarretando sério problema de inflação. Assim, a solução para a inflação no pensamento estruturalista, consiste em reverter a médio e longo prazo os gargalos impostos via reformas estruturais.

Na crítica de Rangel, o problema central da inflação está numa crônica insuficiência de demanda e contrariando o pensamento estruturalista e monetarista que viam o seu excesso como explicação do fenômeno inflacionário. O nível de demanda era insuficiente para garantir a utilização da capacidade existente e isso era resultante das condições econômicas vigentes, a inflação, concentração de renda e propriedade fundiárias. A solução para o problema era contornar os gargalos e estrangulamentos da economia através de reformas estruturais.

Um terceiro momento paradigmático da visão ampla da abordagem estruturalista ocorre no início dos anos oitenta no Brasil, surgindo diversos trabalhos que abordam a questão da indexação de salários e que aos poucos chegam à questão da inércia inflacionária. Os autores destacam os fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação.

Os fatores aceleradores seriam aqueles relacionados com a elevação de salários, além do aumento da produtividade, elevações de margem de lucros, depreciação cambial, alta de bens importados e aumentos generalizados de tributos. Os fatores mantenedores da inflação apontados são o conflito distributivo e a indexação. Já os elementos sancionadores, quando a economia se encontra com desemprego elevado, são principalmente o aumento da quantidade de moeda e o déficit público.

O componente central das políticas heterodoxas de combate à inflação está fundamentado no elemento de ruptura das expectativas dos agentes econômicos. Portanto, a abordagem inercialista defende uma quebra com os mecanismos de coordenação dada pela taxa de inflação passada, que geralmente acarreta em desarranjos dos preços relativos e nominais.



13 Quadro Geral

Quadro – Principais Conclusões a respeito da inflação nas escolas de pensamento.

Escolas e abordagens	Principais autores	Postulados básicos	Conclusões sobre a inflação	Medidas anti-inflacionárias
Clássicos	Adam Smith, David Hume, Thomas Robert Malthus, Jean-Baptiste Say e David Ricardo.	Racionalidade, concorrência e informação perfeita, preços e salários flexíveis, equilíbrio walrasiano.	Teoria Quantitativa da Moeda determina preços e salários nominais. A inflação é fenômeno monetário.	Como a inflação é um fenômeno monetário, o simples controle da oferta de moeda, resolveria o problema.
Neoclássicos	Alfred Marshall, Knut Wicksell, Irving Fisher e Léon Walras.	Pleno emprego, agentes otimizadores, neutralidade da moeda, preços e salários flexíveis e dicotomia clássica.	Teoria Quantitativa da Moeda determina preços e salários nominais. A inflação é fenômeno monetário.	Como a inflação é um fenômeno monetário o simples controle da oferta de moeda, resolveria o problema.
Keynes	John Maynard Keynes	Instabilidade econômica, pleno emprego é situação particular e não geral, demanda efetiva, não neutralidade da moeda.	Inflação ocorre quando a demanda efetiva é maior que a oferta efetiva.	Políticas monetárias e fiscais ativas, para controlar a demanda agregada da economia.
Monetarista	Milton Friedman, Phillip Cagan e Edmund S. Phelps	Economia estável, neutralidade da moeda no longo prazo, expectativas adaptativas e taxa natural de desemprego.	Teoria Quantitativa da Moeda determina preços e salários nominais. A inflação é fenômeno monetário.	Autoridade monetária deve adotar um controle rígido da oferta de moeda na economia.
Novo-Clássico	Robert E. Lucas, T.J. Sargent e N. Wallace	Preços e salários flexíveis, expectativas racionais, microfundamento walrasiano e pleno emprego.	A inflação é resultado de distúrbios monetários, dada a completa e contínua flexibilidade.	Independência do Banco Central e adoção de metas de inflação, para se controlar os agregados monetários e evitar surpresas aos agentes.

Novo-Keynesiano	Georg A. Akerlof, John B. Taylor, Gregory N. Mankiw e A.S. Blinder	Expectativas racionais, rigidez de preços e salários, mercados imperfeitos, assimetria de informações.	Inflação resultante da instabilidade do setor privado ou restrições no processo de ajustamento para o equilíbrio.	Contra política monetária totalmente discricionária e a favor da adoção de política monetária do tipo regras de <i>feedback</i> .
Pós-Keynesiano	Paul Davidson, Nicholas Kaldor, Piero Sraffa e Phillip Arestis	Não neutralidade da moeda, processo não estritamente racional de tomada de decisão e incerteza.	Veem a inflação mais para o lado da oferta, identificando cada elemento específico causador da elevação do nível de preços.	Utilizar políticas ativas que contorem as causas inflacionárias. Como política industrial, política cambial, política monetária direcionada, políticas de desenvolvimento, política tributária e estoques de proteção.
Estruturalista	O. Sunkel, Raul Prebisch e H. Frisch	Imperfeições de mercado, estrangulamentos de oferta, país é tomador de preços internacionais a economia dividida em dois setores e inelasticidade de oferta.	Atribuem a inflação a estrangulamentos de oferta e a imperfeições da inserção das economias periféricas no mercado internacional.	Reverter a médio e longo prazo os gargalos e estrangulamentos impostos à economia via reformas estruturais.
Rangel	Ignacio Rangel	Imperfeições de mercado, estrangulamentos de oferta, país é tomador de preços internacionais a economia dividida em dois setores e elástico.	O problema central da inflação nas economias periféricas está numa crônica insuficiência de demanda.	Reverter a médio e longo prazo os gargalos e estrangulamentos impostos à economia via reformas estruturais.
Inercialista	Francisco L. Lopes e L.C. Bresser Pereira	Imperfeições de mercado, mecanismos de indexação formal e informal e conflito social.	Mecanismos de indexação formais e informais, além do conflito distributivo perpetuam a inflação passada no futuro.	Medidas que "quebrem" a inércia inflacionária, como: extinção total ou parcial da indexação, congelamentos de preços e salários e criação de nova unidade monetária.

FONTE: Elaboração do autor.



14 Referências

- ACKLEY, G. *Macroeconomic Theory*, New York: Collier-Macmillan, 1966.
- ARESTIS, P. and SAWYER, M. *A Handbook of Alternative Monetary Economics*. Northampton, MA, Edward Elgar, 2006.
- BACKHOUSE, R.E. 'Say's Law'. In: B. Snowdon and H.R. Vane (eds), *An Encyclopedia of Macroeconomics*, Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2002.
- BARRO, R.J. and D.B. Gordon, *Rules, discretion and reputation in a model of monetary policy*, *Journal of Monetary Economics*, July.1983
- BAUMAL, W.J., 'Say's (at least) Eight Laws, or What Say and James Mill May Really Have Meant', *Economica*, May, 1977.
- BIELSCHWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto. 4ª ed. 2000.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A DESCOBERTA DA INFLAÇÃO INERCIAL. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 167-192, jan./abr. 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A DESCOBERTA DA INFLAÇÃO INERCIAL. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 167-192, jan./abr. 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Economia Brasileira: uma introdução crítica*. São Paulo: editora Brasiliense, 1986a.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Inflação Inercial e Plano Cruzado*. Revista de Economia Política, vol 6, nº 3 julho-setembro. 1986b.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. *Inflação e recessão*. São Paulo: editora Brasiliense, 1986.

- MEANS, Gardiner C. "Industrial prices and their relative inflexibility". Washington: US Senate, Document 13. "The administered prices thesis reconfirmed". **American Economic Review**, 61(2): 292-306, 1972. (1935).
- MODENESI, A.M. **Regimes Monetários: Teoria e a Experiência do Real**. Barueri: Manole, 2005.
- MODIANO, Eduardo M. A inflação e a moeda indexada. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, Vol 16, n 1, abri, 1986.
- MODIANO, Eduardo M. Salários, preços e câmbio: os multiplicadores dos choques numa economia indexada. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, Vol 15, n 1, abri, 1985.
- PREBISH, R. O falso dilema entre Desenvolvimento Econômico e a Estabilidade Monetária. **Revista de Ciências Econômicas**. Suplemento. Buenos Aires, 1961.
- PREBISH, R. **Hacia Una Dinámica del desarrollo Latinoamericano**. Aguillar. México-Buenos Aires, 1963.
- PURVIS, D.D. 'Monetarism: A Review', **Canadian Journal of Economics**, February, 1980.
- RANGEL, I. **A inflação brasileira**. 4ª ed. Brasileira, São Paulo, 1981.
- REGO, José Márcio; et al. **Inflação Inercial, Teorias sobre inflação e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. RJ, Record, p. 178.1994.
- REGO, José Márcio; et al. **Inflação Inercial, Teorias sobre inflação e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. RJ, Record, p. 178.1994.
- ROBINSON, J. 'The Second Crisis in Economic Theory', **American Economic Review**, May, 1972.
- ROMER, David. **Advanced Macroeconomics**. New York Edition, McGraw-Hill, 1996.
- SARGENT, T.J. and WALLACE, N. Rational Expectations and the Theory of Economic Policy', **Journal of Monetary Economics**, April, 1976.

- SARGENT, T.J. and WALLACE, N. Rational Expectations, the Optimal Monetary Instrument and the Optimal Money Supply Rule, **Journal of Political Economy**, April, 1975.
- SICSÚ, João. Keynes e os Novos-Keynesianos. **Revista de Economia Política**, vol 19 nº 2(74), abril./junho, 1999.
- SICSÚ, João. Políticas Não-Monetárias de Controle da Inflação: uma proposta pós-keynesiana. **Análise Econômica**, 21(1): 115-136, jan./mar, 2003.
- SIMONSEN, Mario Henrique. A inflação brasileira: lições e perspectivas. **Revista de Economia política**. Rio de Janeiro, Vol 5, n 4, outubro/dezembro, 1985.
- SIMONSEN, Mario Henrique. **Dinâmica macroeconômica**. McGraw-Hill, Sao Paulo, 1983.
- SIMONSEN, Mario Henrique. **Dinâmica macroeconômica**. McGraw-Hill, Sao Paulo, 1983.
- SMITH, Adam. **An Inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Londres, 1776.
- SNOWDON, B., Vane, H. R. **Modern macroeconomics: its origins, development and current state**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2005.
- STUART, James. **Principles os political economy**. Londres, 1767.
- SUNKEL, O. La inflacion chilena: un enfoque heterodoxo, **El Trimestre Económico**, vol. 25, nº 4 Oct./Dec. 1958.
- VANE, H.R. and THOMPSON, J.L., **Monetarism: Theory, Evidence and Policy**, Oxford: Martin Robertson. 1979.
- VIANNA, Pedro Jorge Ramos. **Inflação**. Barueri, SP: Manole, 2003.
- WEINTRAUB S.; Wallich, H. A Tax-based incomes policy. In: Weintraub, S. (org.), **Keynes, Keynesians and Monetarists**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1978.

Número de ISBN

978-85-63599-22-3